GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA (GAEPE/RO)

Ata da Reunião GAEPE – 07.08.20

Aos sete dias do mês de agosto do corrente ano de 2020, reuniram-se, por videoconferência: o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Conselheiro Paulo Curi Neto, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro José Euler P. P. de Mello, ambos representando esta Egrégia Corte de Contas; o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral do Ministério Público de Contas (MPC/RO), Adilson Moreira de Medeiros, bem como a Excelentíssima Procuradora de Contas Yvonete Fontinelle de Melo; o Excelentíssimo Senhor Desembargador Isaías Fonseca Moraes, representante do Tribunal de Justiça (TJ/RO); o Excelentíssimo Senhor Defensor Público Sérgio Muniz Neves, representante da Defensoria Pública do Estado (DPE/RO); o Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça e Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação e Infância – GAEINF, Marcos Giovane Ártico; o Excelentíssimo Senhor Conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul e Presidente do Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), Cézar Miola; a Representante da SEDUC/RO, Professora França Helena; O Excelentíssimo Secretário Estadual de Finanças (SEFIN), Luís Fernando; o Senhor Presidente do Conselho Estadual de Educação (CEE/RO), Horácio Batista Guedes; o Senhor Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RO), Vilson Sena de Macedo; a Senhora Conselheira Municipal de Educação do Município de Jaru e representante/coordenadora da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME/RO), Claúdia; o Senhor representante/presidente da Associação Rondoniense de Municípios (AROM), Roger; e, representando o Instituto Articule, a Senhora Alessandra Gotti e o Senhor Ismar Barbosa da Cruz, a fim de deliberarem sobre a pauta que havia sido disponibilizada com antecedência, e que versou sobre as tratativas já em curso nas diferentes instituições relacionados ao tema do ensino remoto.

1) O que foi discutido

O Presidente do Tribunal de Contas abriu a reunião e, cumprimentando os partícipes do GAEPE, mencionou as ações adotadas e os resultados já alcançados pela gestão, finalizando por abordar a ordem do dia.

Em seguida, a Presidente da AROM comentou que antes de elaborar o *layout* da Plataforma da Transparência das medidas adotadas para atender as necessidades durante e depois do período de pandemia, conforme solicitado por este Gabinete, é preciso apresentar a "proposta de matriz unificada de procedimentos para o retorno às aulas dos municípios de Rondônia" para, após a aprovação do grupo, servir de parâmetro para a elaboração da Plataforma da Transparência ser mais eficaz em seu escopo de auxiliar o controle dos municípios. Assim, incumbiu ao Senhor Roger a apresentação da proposta supracitada.

O Senhor Roger explanou que o objetivo é demonstrar as condições favoráveis para o retorno das aulas presenciais, as quais devem ser feitas através dos protocolos e processos

unificados embasados nas medidas exitosas já adotadas em outros países, tais quais Dinamarca e Alemanha. Esses protocolos não se limitam apenas à parte sanitária; englobam, também, todos os contextos do controle epidemiológico, como por exemplo, a metragem da sala de aula, o quantitativo de discentes que serão assistidos, possibilitando assim mensurar os insumos corretos e necessários a serem adquiridos para uma retomada segura.

O Diretor chamou a atenção para a importância da análise da "carga viral nas salas de aula", foi realizado um estudo detalhado nesse ponto, o qual indicou que com a utilização de máscaras e ventilador e ares-condicionados desligados, o percentual da carga viral situa-se em 0,023458% (menor do que a carga de uma ida ao supermercado). Pontuou a preocupação com uma significativa taxa de comorbidade entre os alunos em alguns municípios, e rememorou a grande importância da visualização e contextualização da sociedade quanto à segurança empregada na retomada das atividades.

A representante da Articule indagou ao Senhor Roger se está incluso no estudo da matriz a problemática do ensino infantil, recebendo a resposta de que existe sim um tópico abordando este ponto, salientando que há dificuldade de promover entre os integrantes desse grupo o necessário distanciamento, sem contar as exigências de adoção de metodologias pedagógicas peculiares.

O Presidente TCE-RO interviu parabenizando a AROM pelo estudo elaborado, comentou o quanto esse trabalho contribui para a auditoria que está sendo desempenhada para aferir o planejamento dos municípios a fim de, posteriormente, realizar a capacitação dirigida. Solicitou à associação revisão dos aspectos que estejam desbordando daquilo que for a média, como o mencionado índice de comorbidade, pois isto interfere diretamente em aquisições e despesas públicas, sendo imprescindível tal atenção devido à rígida jurisprudência do Parquet de Contas no que tange a exigência de estimativas adequadas da administração pública.

Com a palavra, o Senhor Augusto Pelúcio questionou se no âmbito da iniciativa privada há um mapeamento para a arrecadação dos impostos dessas instituições como um meio de mensurar quais escolas resistiram e quais estão em defasagem. O Diretor da AROM informou que a plataforma para o registro desses dados já está pronta, contudo precisa da colaboração do Sinepe para repassar esta informação às escolas e, assim, elevar este mapeamento da rede pública e privada, tornando-o subsídio de verificação do quanto a rede privada estaria apta à retomada das aulas presenciais.

O Senhor Alexandre Jésus perguntou sobre até que ponto foram dialogados com as Secretarias Municipais de Educação os assuntos e dados abordados na proposta de matriz apresentada pela AROM. Continuando fez uma ressalva quanto ao retorno gradual das aulas em Rondônia, tendo em vista que este assunto já é pauta há dois meses e ainda persiste a indagação de quando será possível colocar esse retorno em prática.

Nesta senda, o Senhor Roger tornou ao Promotor explicando que todas as pesquisas foram embasadas em artigos científicos e dados levantados pelos profissionais competentes

em cada aspecto, sejam sanitários ou pedagógicos, cada um em sua especificidade a fim de minorar a ocorrência em erro na mencionada matriz.

O Senhor Ismar Cruz assumiu a coordenação da reunião e encaminhou a palavra à SEDUC que, representada pela Professora França Helena, mencionou que houve a migração de 262 alunos da rede privada para a pública e constatou que o maior contingente de migração (aproximadamente 600 alunos) é interno, como já de costume no Estado. Quanto ao detalhamento das despesas, solicitado no encontro anterior, ponderou que estavam ausentes da reunião o Secretário da SEDUC e a Diretora Administrativa e Financeira. A Senhora Acricélia, assessora da Diretora Marta, acresceu que foram suprimidos os gastos projetados para o mês de agosto, considerando que as aulas não retornaram.

A Procuradora do Ministério Público de Contas, Senhora Yvonete Fontinelle, retomou seu questionamento anterior à SEDUC, quanto à adequação para a quantidade de alunos que de fato retornarão em cada fase, posto que anteriormente os cálculos foram feitos tomando por base o retorno de 100% dos alunos. A Senhora França Helena assentiu que repassará a Diretora este questionamento, pois não possui os dados necessários para dirimir o ponto abordado pela Procuradora e finalizou relembrando que a Secretaria trabalha com supedâneo no protocolo da Agevisa.

O Secretário Estadual de Finanças, Senhor Luís Fernando, deu seu parecer sobre os impactos da pandemia nas finanças do Estado a partir de estudo orçamentário encaminhado pela SEDUC, que calculou um o valor estimado em 77 milhões de reais para o ano de 2020 (impacto de 6% nas finanças) e 223 milhões no próximo ano, apontando a necessidade de suplementação em aproximadamente 800 mil reais, caso todos os repasses anteriormente previstos sejam mantidos, mas ponderou que uma eventual redução na arrecadação de receitas exigiria suplementação de 25 milhões de reais, baseada na queda já constatada na receita de impostos destinados à educação. Portanto, o Secretário apresentou o Plano de solvência minuciando a origem de cada um dos recursos a serem resgatados para suprir tais carências explicitadas pela SEDUC.

O Senhor Ismar solicitou que a SEDUC posteriormente encaminhe ao Senhor Bruno Piana, os ajustes da estimativa do retorno gradual.

Quanto aos informes dos Pareceres nºs 5 e 11 do CNE, a Conselheira Estadual de Educação, Senhora Francisca, explanou sobre o Parecer nº 5, que foi realizada em julho a regulamentação, sendo que a única pendência reside no tocante à volta as aulas. Quanto ao Parecer nº 11, ocorreu antes mesmo da homologação a pauta de discussão com a UNCME, e o obstáculo encontrado foi a substituição da Lei pela Medida Provisória 934, que flexibilizou o comprimento dos dias letivos; a partir de quando o Conselho encontrou dificuldade de encontrar informações mais precisas para finalizar sua norma interna, vindo a requerer a realização de nova reunião para concluir este trabalho.

2) O que ficou deliberado

Como encaminhamento, restou acordado que as instituições, nos seus respectivos âmbitos de atuação, apresentem mais detalhamentos sobre as ações relativas aos seguintes pontos:

1. Avaliação individual da proposta de matriz apresentada pela AROM.

2. Elaboração de um Relatório Técnico feito pelo corpo técnico do TC e do MP a fim de, também, nortear a AROM.

3. Elaboração da sobredita Plataforma de Transparência da AROM para auxiliar os gestores.

Ficou marcada nova reunião para o dia 21.08.20, às 14h (quatorze horas) e estipulando-se, para as futuras reuniões, uma periodicidade de 15 (quinze) dias.

Nada mais havendo a ser tratado, foi então lavrada a presente ata por mim, Bruno Botelho Piana, Auditor de Controle Externo, Matrícula n. 504. O referido é verdade e dou fé.